

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

NOTA TÉCNICA nº 111/2012

- I. Identificação do bem cultural:** Igreja Nossa Senhora do Rosário, distrito de Padre Viegas.
- II. Município:** Mariana – MG.
- III. Objetivo:** Medidas para a proteção da Igreja Nossa Senhora do Rosário.
- IV. Considerações preliminares:**

Foi recebido por esta Promotoria em 31/08/2012, ofício da Paróquia Sagrado Coração de Jesus da cidade de Mariana, assinado pelos Srs. Pe. Luiz Cláudio Vieira e Ércio Rômulo Gonçalves, relatando sobre a situação preocupante que se encontra o edifício denominado Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário do distrito de Padre Viegas.

Nele são citados os problemas existentes na cobertura da edificação que apresenta, segundo relatado, comprometimento estrutural com reflexos na segurança dos arcos laterais e estruturas do telhado e subjacências, notadas ou agravadas após obra realizada por empreiteira contratada e acompanhada pela Prefeitura Municipal de Mariana nos anos 2008/2009, através de convênio com o Monumenta / BID. Anexo ao ofício, segue um relatório histórico/fotográfico das intervenções recentes realizadas no telhado da referida igreja no período de janeiro de 2006 a março de 2012.



V. Breve histórico de Mariana¹:

Primeira vila, primeira capital, sede do primeiro bispado e primeira cidade a ser projetada em Minas Gerais. Em 16 de julho de 1696, bandeirantes paulistas liderados por Salvador Fernandes Furtado de Mendonça encontraram ouro em um rio batizado de Ribeirão Nossa Senhora do Carmo. Às suas margens nasceu o arraial de Nossa Senhora do Carmo, que logo

¹ Fonte: <http://www.mariana.mg.gov.br/>, acesso em setembro/2012.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

assumiria uma função estratégica no jogo de poder determinado pelo ouro. O local se transformou em um dos principais fornecedores deste minério para Portugal e, pouco tempo depois, tornou-se a primeira vila criada na então Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Lá foi estabelecida também a primeira capital.

Em 1711, por ordem do rei lusitano D. João V, a região foi elevada à cidade e nomeada Mariana – uma homenagem à rainha Maria Ana D’Austria, sua esposa. Transformando-se no centro religioso do Estado, nesta mesma época a cidade passou a ser sede do primeiro bispado mineiro. Para isso, foi enviado, do Maranhão, o bispo D. Frei Manoel da Cruz. Um projeto urbanístico se fez necessário, sendo elaborado pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto de Alpoim. Ruas em linha reta e praças retangulares são características da primeira cidade planejada de Minas e uma das primeiras do Brasil.

Em Mariana nasceram personagens representativos da cultura brasileira: o poeta e inconfidente Cláudio Manuel da Costa, o pintor sacro Manuel da Costa Ataíde e Frei Santa Rita Durão, autor do poema “Caramuru”.

Pioneira em comunicação, nas suas terras foi instalada a primeira agência dos Correios no Estado, em 1730. Na época conhecida como “Correio Ambulante”, ela estabelecia a comunicação entre Rio de Janeiro, São Paulo e a capital mineira.

Em 1945, Mariana recebe do presidente Getúlio Vargas o título de Monumento Nacional por seu “significativo patrimônio histórico, religioso e cultural” e ativa participação na vida cívica e política do país, contribuindo na Independência, no Império e na República, para a formação da nacionalidade brasileira.

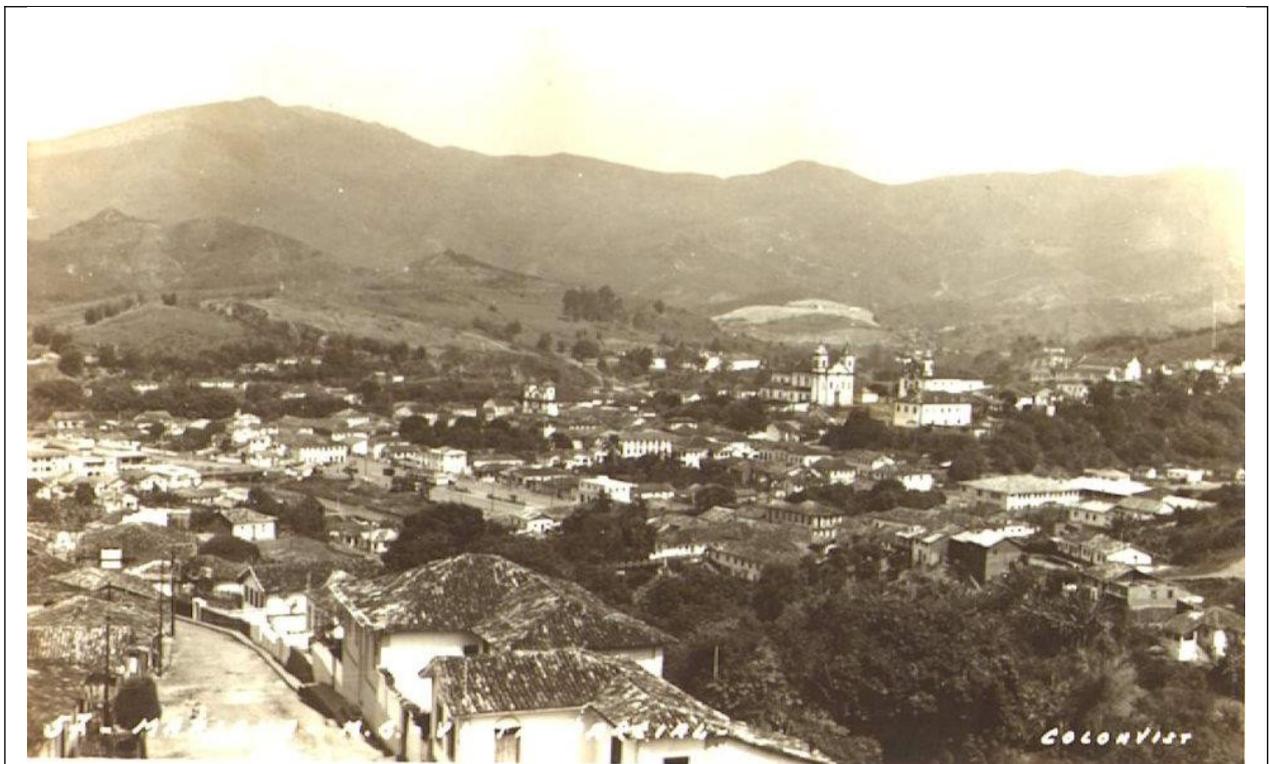


Figura 02 – Vista antiga da cidade de Mariana. Fonte:

<http://dailtomarques.blogspot.com.br/2012/01/mariana-mg-fotos-antigas.html>, acesso em setembro/2012

Promotora Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Todo ano, em 16 de julho, Dia de Minas, o Governo do Estado de Minas Gerais instala-se na cidade, realizando cerimônia alusiva na Praça Minas Gerais que, pela harmonia e beleza plástica de seus monumentos, é um expressivo conjunto urbano da Minas colonial.

Mariana é uma cidade tombada em 1945 como Monumento Nacional e repleta de riquezas do período em que começou a ser traçada a história de Minas Gerais.

VI. Breve histórico de Padre viegas (Sumidouro):

Padre Viegas localiza-se apenas 9 km do centro de Mariana. Foi elevado a distrito em 27 de Dezembro de 1748. Em 1823, Sumidouro (originalmente, Padre Viegas denominava-se Sumidouro, uma referência à Sumo d'Ouro, devido à alta qualidade do metal precioso encontrado no local) contava com cinco capelas filiais e 3.473 habitantes, o que indica a importância política, econômica e religiosa da localidade até a primeira metade do século XIX.

Segundo Cônego Raimundo Trindade, Sumidouro foi, até meados do século XIX, uma das mais importantes freguesias do bispado de Mariana. Era um arraial de grande riqueza, em que havia se encontrado ouro em abundância no início do século XVIII.

Outro fato que corrobora a importância do local em períodos pretéritos e sua ocupação precoce são documentos que indicam a existência de irmandades religiosas na localidade, antes mesmo da edificação da igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Havia a “Irmandade de Nossa Senhora do Sumidouro”, como consta em documento datado de 1720, associação certamente responsável pela construção da igreja sob invocação de Nossa Senhora do Rosário. Um documento de 1718 refere-se, ainda, à “Irmandade de São Miguel e Almas”, e outro datado de 1722 refere-se à “Irmandade do Santíssimo Sacramento”².

Em 1867, a sede da freguesia de Sumidouro foi transferida para a povoação de Pinheiro, pela Lei nº1397, de 27 de novembro daquele ano. Segundo Waldemar Barbosa, ao perder a prerrogativa de paróquia, o arraial entrou em decadência. Somente em 27 de dezembro de 1948 o povoado foi elevado a distrito de Mariana, pela lei nº. 336, e passou a denominar-se padre Viegas. O nome foi dado em homenagem ao ilustre aluno da primeira instituição de ensino criada em Mariana, o Colégio Osório, localizado no antigo povoado de Sumidouro, ao fundo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, local em que ainda encontram-se as ruínas da edificação.

O colégio foi fundado por Manuel da Cunha Osório, um dos mais abastados moradores da localidade no século XVIII, em 25 de janeiro de 1742. Padre José Joaquim Viegas de Menezes (Padre Viegas) estudou no Colégio Osório, sua única relação com o antigo povoado de sumidouro que o homenageou à época de sua elevação a distrito, e também é lembrado por sua importância na fundação da imprensa em Minas Gerais. Segundo Jairo Faria Mendes, ele foi responsável pela primeira impressão oficial nas Minas Gerais (1807), pela construção da primeira tipografia na Província (1821) e pela criação do primeiro jornal mineiro, *O Compilador Mineiro* (1823). Padre Viegas também é conhecido por sua arte, tendo sido o responsável pela pintura do interior do Colégio Osório. Faleceu em 1º de julho de 1841.

² Documentos encontrados em pesquisa realizada no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Mariana dez. 2006. Algumas cópias destes documentos foram cedidas por Afonso Júlio Jales, natural de Padre Viegas e estudioso da história local.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

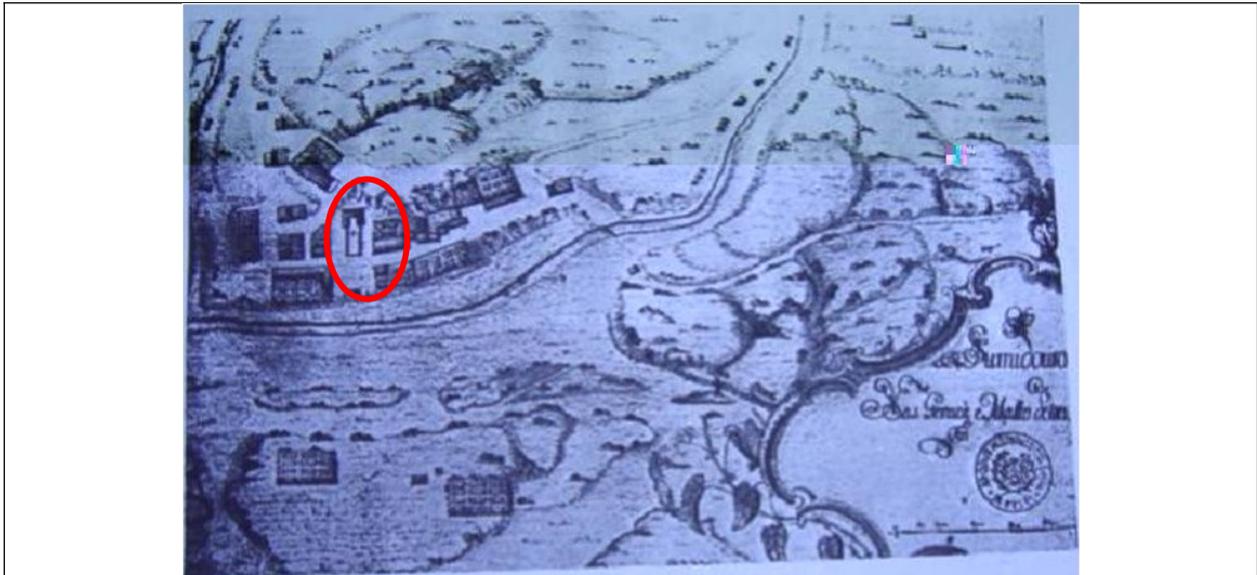


Figura 03 - Planta do antigo arraial do Sumidouro (1732). Em destaque a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Imagem do acervo particular de Afonso Júlio Sales.

Fonte: http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe_pi.php?id=26, acesso em setembro/2012.

VII. Breve histórico do bem cultural³:

De acordo com Raimundo Trindade, a freguesia de Nossa Senhora do Rosário é de instituição remota, confirmada por alvará régio de 1852. Segundo Waldemar de Moura Santos – jornalista, autor de *Lendas Marianenses* e fundador da Academia Marianense de Letras –, os primeiros habitantes da localidade foram Antônio Lopes Chaves e sua esposa Helena Maria de Jesus que, provenientes do sertão paulistano, instalaram-se às margens do Córrego do Crasto, em 6 de outubro de 1705, acompanhados de muitos escravos e empregados e fundaram a Fazenda do Paneleiro. O casal construiu a Capela de Santa Efigênia, hoje desaparecida, e também lançou os alicerces da ermida de Nossa Senhora do Rosário, em 06 de outubro de 1737.

O templo dedicado a Nossa Senhora do Rosário foi erigido em igreja matriz pelo prelado do Rio de Janeiro entre os anos de 1742 a 1745, e por alvará régio de 16 de janeiro de 1752 lhe foi conferido natureza colativa.

Seus primeiros vigários colados foram Manuel Nunes de Sousa, apresentado por Carta Régia de 18 de janeiro de 1752 e colado por ato de 23 de agosto daquele mesmo ano; José Alves Meireles, colado em 8 de julho de 1809; Luís da Cunha Osório, apresentado por Carta Régia de 17 de abril de 1812 e colado no mesmo ano a 19 de agosto; Francisco Rodrigues de Paula, apresentado por Carta Imperial de 14 de maio de 1828 e colado em 9 de julho; e Inácio José Duarte, apresentado por Carta da Presidência da Província de 14 de fevereiro de 1837, colado a 23 de maio.

Ao longo dos anos a Igreja Nossa Senhora do Rosário sofreu algumas reformas. Desde a década de 1850 sentia-se a necessidade de restauração de algumas matrizes mineiras, pois a lei provincial nº. 510, de 3 de julho de 1851, previa uma quota para reparos dessas edificações. Contudo, somente em 1865, a pedido do Desembargador Pedro de Alcântara Serqueira Leite,

³ Fonte: http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe_eau.php?id=28, acesso em setembro/2012.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

presidente da Província, a igreja Nossa Senhora do Rosário de Padre Viegas foi contemplada com a quantia de 900\$000.

Somente passados mais de cem anos há informações sobre novas intervenções. Segundo Afonso Júlio Jales em 1º de março de 1951, parte do telhado sobre o altar-mor da igreja e adjacências ruiu, causando grande prejuízo na configuração original da edificação. À época, dois moradores do distrito, Pedro Advíncula Moreira e Marinho Gomes, requereram aos órgãos de proteção ao patrimônio histórico uma verba para a reconstrução do telhado e do altar-mor. Em 1954 foi feito um orçamento pelo órgão, mas o serviço não foi iniciado.

Contudo, pouco tempo depois, técnicos do órgão do patrimônio histórico⁴ foram enviados ao local, ergueram o altar-mor e fizeram uma pequena intervenção nas telhas do templo.

Entretanto, o empreendimento não sanou os problemas identificados e a comunidade sumidourense mobilizou-se para arrecadar recursos para dar continuidade ao serviço. O trabalho teve início em julho de 1959 e os carpinteiros encarregados foram Raimundo Vicente da Paixão, residente em São Caetano, e Manoel Margarida Perusa, natural de Furquim. O altar-mor foi totalmente reconstruído e algumas molduras que haviam sido danificadas com a queda do telhado também foram refeitas. O serviço de carpintaria foi finalizado somente em 24 de junho de 1961, para o qual foram despendidos setecentos contos. O recurso foi arrecadado pela comunidade, que também arcou com a alimentação dos operários contratados. Os componentes da Comissão do Serviço da Igreja foram os Srs. Gomes Roberto de Castro, Pedro Gomes e Sebastião Gomes.

A pintura do altar foi iniciada em março de 1962 pelo pintor Sebastião Gonçalves, natural de Barão de Cocais. No mesmo ano foi recebida uma verba do órgão de patrimônio histórico para o término da pintura, contudo, as despesas continuaram sendo arcadas, em parte, pela comunidade. A pintura interna e externa foi finalizada em 22/12/1962, restando, entretanto, dois altares, que foram finalizados em 17 de julho de 1963. Portanto, toda a obra de recuperação da igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário despendeu mais de dez anos desde a queda do telhado e do altar-mor.

Na década de 1980, o altar da igreja foi pintado de branco e, em 1988, foi refeita a pintura externa e uma reforma no telhado, por iniciativa e com a mão de obra da comunidade.

Há alguns anos (1988) a igreja foi roubada, perdendo grande parte de seu rico acervo em ouro e prata. Mas o templo ainda guarda exemplares que atestam sua riqueza e importância histórico-cultural, como uma antiga pia batismal em pedra sabão, com tampa de madeira entalhada, além das imagens de Nossa Senhora do Rosário, Sant'Ana Mestra e São Joaquim, que atualmente estão guardadas em casa de moradores do distrito.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira de Padre Viegas é o principal acontecimento ligado à igreja e é comemorada anualmente em dez dias de celebrações que se iniciam com a novena, nove dias antes do domingo mais próximo do dia 7 de outubro, data dedicada a Nossa Senhora do Rosário no calendário litúrgico católico. Acredita-se que as comemorações sejam realizadas desde a edificação do templo.

⁴ Não foi possível identificar o órgão de patrimônio histórico responsável pelo orçamento e intervenção na igreja

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 04 e 05 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Padre Viegas. Fonte: http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe_eau.php?id=28, acesso em setembro/2012.

VIII. Análise técnica:

O bem cultural Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário localiza-se no distrito de Padre Viegas, cidade de Mariana.

Trata-se de bem de propriedade privada eclesiástica, sob a responsabilidade da Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Mariana.

Trata-se de bem inventariado pelo município de Mariana em 2007, integrante do perímetro de tombamento do Núcleo Histórico de Padre Viegas, tombado pelo município, cuja documentação foi elaborada em 2010 e encaminhada no presente ano ao Iepha para fazer jus à pontuação do ICMS critério Patrimônio Cultural, tendo sido aprovada com ressalvas no mesmo ano.

Em análise ao Dossiê de Tombamento, foi verificado que o imóvel foi classificado como “Grau de Proteção 1”, concedido a:

imóveis de extrema relevância histórica e / ou arquitetônica, considerados referências no Núcleo Histórico Urbano. Edifícios essenciais para o cenário do Distrito, apontados pela comunidade como monumentos de valor incontestável, sobretudo em função dos imaginários que se consolidaram acerca da antiguidade e importância dos mesmos.

Para estes imóveis foram traçadas diretrizes específicas que definem que fica restrita a modificação na distribuição de cômodos internos sem a prévia análise e autorização do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana; deve ser mantida a fachada principal e preservados os elementos artísticos, sem alteração das formas ou retirada de ornamentos; devem ser mantidos os materiais de revestimentos internos e externos da edificação; e devem ser limpas e mantidas as janelas e portas.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

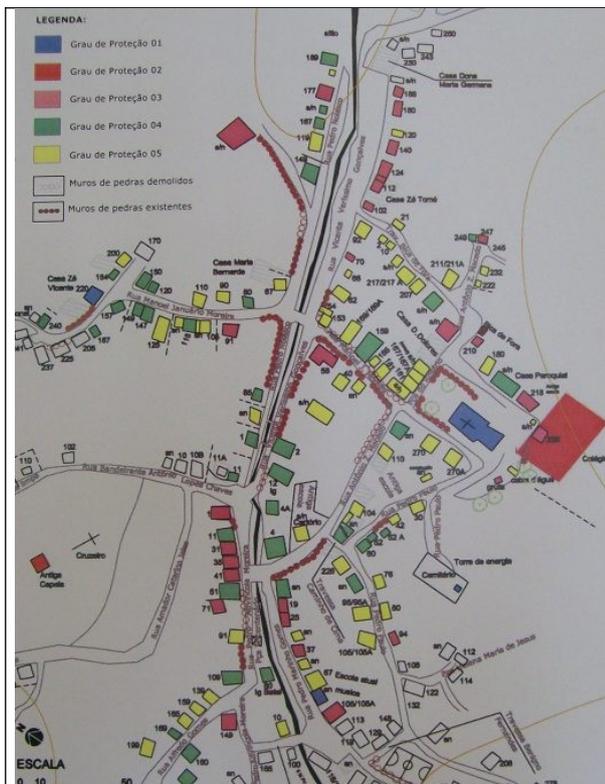


Figura 06 – Mapa de graus de proteção das estruturas arquitetônicas constante no Dossiê de Tombamento.

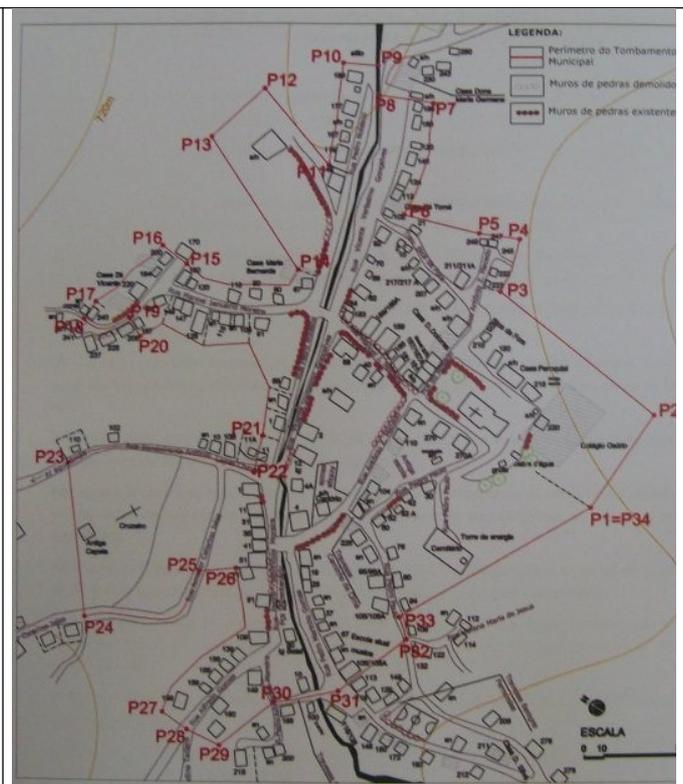


Figura 07 – Delimitação do perímetro de tombamento do núcleo histórico, constante no Dossiê de Tombamento.

Sua localização é privilegiada, pois se situa em lote elevado; está centralizada em um amplo adro gramado e delimitado por muro de pedras; e destaca-se em meio à paisagem do distrito de casas térreas.

Edificação em estilo colonial, partido retangular, fachadas simétricas e cobertura em telhas tipo capa e bica. A volumetria é composta por três blocos: nave (onde estão inseridas as torres sineiras), capela-mor e sacristia nas laterais da capela-mor.

As esquadrias possuem vergas em arco abatido, enquadramento em madeira e folhas em madeira fazendo o fechamento dos vãos. A pintura das alvenarias é na cor branca, esquadrias em tom de verde e nos ornatos do prédio e enquadramentos em tom azul claro. Na fachada frontal, a porta principal e as janelas do coro recebem enquadramento em pedra, sendo que a primeira se apresenta com características simples (verga e sobreverga), sem nenhum tratamento ornamental de grande relevância.

Encontra-se descaracterizada por intervenções que ocorreram ao longo dos anos, com alteração das características originais em algumas partes, como é o caso do altar-mor.

De acordo com o relatório encaminhado, no ano de 2006, o imóvel encontrava-se em mau estado de conservação, apresentando sujidades generalizadas, telhado em condições precárias, desgaste de telhas, infiltrações, presença de fungos nas paredes, vegetação invasiva junto ao telhado, deslocamento de telhas. Nessa época o 1º secretário da ACOMPAV, Sr. Afonso Jales, entregou ao Sr. Prefeito Celso Cota uma pasta com reivindicações da Comunidade Padre Viegas, onde solicitavam apoio técnico-financeiro e projetos para avaliação do estado de

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

conservação da Matriz do Rosário localizada no distrito, principalmente no telhado, tetos e coro – com possíveis ações de reforma.

Em maio de 2007, em novo relatório foi elaborado, retratando o estado de deterioração da cobertura da igreja: peças da estrutura do telhado estavam apodrecidas, com manchas de umidade, fungos, bolor e ataques de insetos xilófagos. Nas fotos é possível notar que as madeiras do forro e algumas paredes também apresentam estas mesmas patologias. Além disso, verificou-se a existência de telhas deslocadas ou quebradas.

Após várias reuniões entre a Prefeitura Municipal de Mariana, a Paróquia Sagrado Coração de Jesus (responsável pela igreja em questão), a comunidade local e a Empreiteira 3T, deu-se início em novembro de 2008 as obras de reforma do telhado da igreja, da qual também contemplavam reparos no teto e parte elétrica. Foram executados, em sua primeira etapa até janeiro de 2009. Durante todo este tempo, foram levantadas dúvidas pela comunidade quanto à correta execução dos serviços, principalmente no que se refere ao tipo de madeira utilizada na estrutura e existência de emendas, na distribuição do peso do telhado, na forma de amarração das telhas e lentidão nos trabalhos de emboçamento. Após a obra, foi constatado o risco do retorno das atividades na igreja, tendo em vista a suposta má qualidade do serviço executado. Tal possibilidade foi levantada devido ao aumento da deformação do altar lateral direito após a conclusão das obras. Em relatório fotográfico elaborado por Afonso Júlio Jales em 29/01/2009, verifica-se a existência de emendas nas madeiras, execução das tesouras em forma diferente da original, formas de encaixes diferentes do modelo original, peças de madeira trincadas e apresentando grande flexão e peças de madeira danificadas por cupins.

De abril a outubro de 2009, a Empreiteira 3T realizou nova intervenção na Igreja para trocar peças do altar lateral direito, telhas e algumas peças do telhado, ou seja, correções da obra anterior, necessárias para garantir maior segurança e qualidade. No dia 03/10/2009 foi realizada “entrega” da igreja à comunidade pela Prefeitura, e as atividades voltaram a acontecer no templo. No entanto, não foi apresentado pela Prefeitura e/ou empreiteira nenhum laudo técnico de vistoria ou outro documento garantindo a segurança e boa qualidade dos trabalhos realizados.

Foram encaminhadas imagens ilustrando o resultado final das obras, onde verifica-se a execução das tesouras em forma diferente da original⁵, existência de emendas e encaixes diferentes do modelo original, peças de madeira trincadas, peças e madeira diferentes (umas roliças e outras serradas), presença de entulho no entreforro. Supõe-se que estas alterações contribuíram com o deslocamento e deformações de partes da estrutura de madeira por sobrecarga, colocando em risco a segurança do edifício e de seus usuários.

Também foi verificado que alguns fios elétricos estão em contato direto com a madeira, sem a presença de conduítes, desrespeitando as normas técnicas e expondo a edificação a riscos de incêndios.

⁵ Conforme croqui com o corte da edificação, o tipo de estrutura da cobertura existente na igreja é denominado de “asna sem linha” ou cruz de “Santo André”. É caracterizado por não possuir linha nem pendural e as duas pernas são consolidadas por escoras que se cruzam abaixo da cumeeira, configurando num quadro rígido que absorve grande parte das cargas do telhado. Esta estrutura permite o alteamento do forro, que pode se configurar em abóbada, como é o caso da igreja do Rosário de Padre Viegas.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

IX. Conclusões

Como se sabe, a função do telhado é impedir a entrada das águas pluviais no interior do edifício e lançá-las o mais longe possível das paredes. Se isto não ocorre, inicia-se o processo de deterioração que pode levar o telhado e, conseqüentemente, o próprio edifício ao arruinamento total. Trata-se de um problema muito comum nas construções antigas, uma vez que a vida útil das telhas cerâmicas é menor que dos demais elementos do edifício que ficam protegidos pela cobertura, pois as telhas ficam expostas às intempéries e a outros agentes, se deteriorando com maior rapidez. Patologias em coberturas devem ser sanadas rapidamente, pois podem gerar vários outros problemas e destruições.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário de Padre Viegas, distrito de Mariana, passou por várias intervenções que podem ser consideradas danosas ao patrimônio cultural representado pela igreja uma vez que, segundo relatado, além de não corrigir os problemas apresentados, outras patologias existentes se agravaram.

Apesar da importância do imóvel, verifica-se que as obras foram realizadas sem o devido acompanhamento técnico necessário, devido às especificidades e detalhamentos que uma obra deste tipo requer. A edificação encontra-se em uma situação de risco, sendo urgente uma nova intervenção.

Este setor técnico trabalha no sentido de dar assessoria às Promotorias de Justiça de todas as Comarcas de Minas Gerais, sendo assim não nos cabe a análise crítica dos critérios de intervenção utilizados em cada caso específico. Entretanto, pela urgência que o caso requer, faremos algumas sugestões sobre intervenções necessárias no tempo:

1 – Antes de se iniciar qualquer intervenção, é necessária a contratação de equipe técnica habilitada, conforme DN 83/2008 do Confea, com comprovada experiência em intervenções em edifícios históricos, que deverá realizar vistoria minuciosa na edificação, especificamente na cobertura, altares e estrutura como um todo.

2 - Deverá ser analisada cada peça da estrutura da cobertura, com a identificação das patologias e suas causas para definição das medidas a serem tomadas quando da proposta de intervenção.

3 – Caso seja verificada a má execução dos serviços, a Empreiteira 3T deverá realizar a devolução dos valores pagos referentes aos serviços executados de maneira incorreta e / ou disponibilizar, sem custo, seus funcionários para realizar as adequações necessárias.

4 – Baseado no diagnóstico, a equipe técnica deverá elaborar o projeto de intervenção utilizando os critérios e as técnicas empregadas em edificações históricas, tecnicamente justificados, incluindo cálculo estrutural e formas de proteção de elementos artísticos.

5 – Durante a execução da obra deverá haver acompanhamento constante técnico de profissional habilitado para uma correta execução do projeto.

6 – A cobertura deverá ser reconstituída com todos os detalhes tradicionais originais, ou seja, forma da tesoura, inclinação, dimensões dos beirais, galbo do contrafeito, etc.

7 - Como as telhas originais se perderam, deverão ser utilizadas telhas novas, com forma e dimensões similares às originais. Cada telha, seja de capa ou de canal, deve ser “grampeada”, isto é, fixada no ripamento através de grampos de cobre ou outro metal inoxidável. Deverão ser armazenados, pelo menos 5% da quantidade total de telhas para eventuais reposições.

8 – As madeiras a serem utilizadas devem ter características adequadas para uso em coberturas, ser de boa qualidade e sem defeitos, como nós, fendas, gretas, etc, seguindo as

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

mesmas dimensões da estrutura original. Deve ser evitado o uso de emendas. Caso estas sejam necessárias, não devem ser utilizados pregos para prender uma madeira em outra. Devem ser executados encaixes (sambladuras) ou emendas, utilizando-se, quando necessário, placas metálicas em ambos os lados da madeira (tipo sanduíche) parafusadas (parafusos atravessando de um lado para o outro da peça).

9 - Através das fotografias encaminhadas foi possível verificar que foi instalada subcobertura, entretanto não foi feita a especificação técnica do material. Este sistema adicional de captação e escoamento de eventuais infiltrações deve ser instalado sob o ripamento, ser constituído de material de propriedades que não facilitem a propagação do fogo e deve permitir a ventilação do telhado para não criar ambiente propício à proliferação de microorganismos nocivos às telhas e estruturas. A equipe técnica contratada deverá verificar se o material utilizado na igreja possui estas propriedades e se foi instalado de maneira adequada.

10 – Deve ser verificada a existência de deficiência nos dispositivos de escoamento das águas (rufos, calhas, rincões e condutores) tais como: sub dimensionamento, caimento insuficiente, emendas mal soldadas e uso de material de baixa qualidade. Especial atenção deve ser dada no ponto de encontro da cobertura do altar mor com a alvenaria do volume da nave.

11 – Emboçamento das telhas de cumeeira e beirais para que estas não deslizem umas sobre as outras, evitando assim infiltrações futuras.

12 - Elaboração de plano de controle ou monitoramento de insetos xilófagos. Imunização total do madeiramento mediante projeto específico que contemple a identificação, erradicação, controle e monitoramento dos vetores.

Além das intervenções na cobertura também é necessário:

1 - Elaboração e execução projeto elétrico e de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, por profissional qualificado, seguindo as normas da ABNT;

2 - Realização de estudos, por profissionais habilitados, quanto à movimentação das estruturas para verificar suas causas reais e determinar as medidas necessárias para sua estabilização e correção;

3 - Elaboração de projeto e execução da restauração dos elementos artísticos.

X - Encerramento:

São essas as considerações deste setor técnico, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2012.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CAU 53880-9

Hebert Gerson Soares Júnior
Estagiário de Arquitetura